
CPI da covid-19: o esboço de crises a partir de narrativas jornalísticas políticas¹

Tatiane FERREIRA²

Rakel de CASTRO³

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

RESUMO

Este trabalho visa apresentar a metodologia e os resultados alcançados a partir do processo de coleta e catalogação das matérias veiculadas pelo Jornal Nacional sobre a CPI da covid-19. Ao todo foram coletadas 195 vt's exibidos desde a data de leitura do requerimento que instaurou a Comissão até a leitura do relatório final, contabilizando cerca de 5 meses de cobertura. A catalogação dos dados foi o primeiro passo de uma análise narrativa que detalhará os arquétipos atribuídos pela emissora aos personagens do governo federal. Porém, a partir dos dados reunidos e seguindo parâmetros previamente estabelecidos, identificou-se que o viés dos três personagens mais citados nas matérias - o então presidente Bolsonaro, governo federal e o ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello - foi predominantemente negativo.

PALAVRAS-CHAVE: jornal nacional; CPI; coronavírus; análise narrativa.

Introdução

No início de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a covid-19– síndrome respiratória aguda provocada pelo vírus SARS-CoV-2 – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII); meses depois, a doença foi caracterizada como pandemia, não por conta da gravidade, mas pelo alcance geográfico que apresentou. Dados mais recentes do órgão coletados até a produção deste trabalho apontam a morte de 6.953.743 pessoas em todo o mundo, em decorrência da doença – 704.659 somente no Brasil. Na desordem do grande volume de “informações” que chegavam a todo o momento pelos meios de comunicação, boca-a-boca e mídias sociais, mais uma vez se sobressai o caráter social do jornalismo

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Comunicação social com habilitação em jornalismo pela UFMA. E-mail: tatiane.rfr@discente.ufma.br.

³ Orientadora do trabalho. Doutora. Docente do Curso de Comunicação Social - Jornalismo pela UFMA e vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação - PPGCOMPro da UFMA. E-mail: patricia.rakel@ufma.br.

enquanto agente ativo no processo de elucidar dúvidas e ser um dos lugares de verdade para as inúmeras fake news que circulavam a respeito da crise.

À medida que o vírus se alastrava, governos em todo o mundo adotaram medidas para conter a doença. A OMS, junto a outras entidades científicas, recomendava ações que serviriam para tentar evitar o contato com o vírus e, conseqüentemente, o alastramento da covid-19: uso de máscaras faciais, álcool em gel, isolamento social. Esta última medida foi apenas uma das inúmeras controvérsias que permearam todo o governo do presidente Jair Bolsonaro, então filiado ao Partido Liberal (PL), como veremos mais adiante. Neste contexto de crise sanitária, o que se observa desse período é que houve uma espécie de cabo de guerra entre a gestão do governo federal, a imprensa (com exceções, evidentemente) e ainda uma terceira parte: a comunidade científica no país que, em meio aos desafios de lidar com o alto número de infectados, mortos e a sobrecarga os sistemas de saúde público e privado, corria contra o tempo para desenvolver uma vacina eficaz contra a doença.

Para investigar a atuação do governo federal e seus agentes no processo de combate à pandemia, em 2021 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado. Entre a data de leitura do requerimento que implantava a Comissão (27 de abril de 2021) até a leitura do relatório do relatório pelo senador Renan Calheiros (26 de outubro de 2021), foram mais de 5 meses de intensa cobertura jornalística por parte da TV Globo, mais precisamente, do Jornal Nacional – principal telejornal da emissora que há anos tem encabeçado a lista de maiores audiências no país (embora este cenário tenha apresentado mudanças significativas de uns tempos para cá). Para compreender as narrativas utilizadas pelo Jornal Nacional durante a cobertura de um dos momentos mais apreensivos vivenciados pela humanidade, este trabalho propõe abordar brevemente o histórico da TV Globo e sua participação enquanto agente político; os pontos que levaram à instauração da CPI; a relação conturbada entre o governo Bolsonaro e a imprensa, especialmente a TV Globo; pontuar o papel e a influência dos meios de comunicação na política brasileira e por fim, apresentar a metodologia utilizada pelas autoras para o processo de coleta de dados e identificação de narrativas construídas pelo JN sobre o então governo vigente, a partir da cobertura da emissora sobre a Comissão.

Rede Globo e o contexto político do seu nascimento

O Grupo Globo é, atualmente, o maior conglomerado de mídia do Brasil, líder em audiência e em receitas publicitárias. Formado por empresas dos mais variados formatos divididos em quatro segmentos – Globo, Editora Globo, Sistema Globo de Rádio (SGR) e Globo Ventures – o Grupo iniciou sua trajetória em 1925 com o lançamento do jornal impresso O Globo, por Irineu Marinho. O comando do periódico logo passou para Roberto Marinho, seu filho, nome emblemático e controverso da comunicação brasileira que permaneceu à frente do grupo até sua morte, em 2003.

Roberto Marinho foi o responsável pelo nascimento da Rede Globo de televisão em 1965. Para se consolidar enquanto monopólio, o grupo contou com a atuação direta e indireta dos governos militares vigentes durante a ditadura, cujo golpe havia sido deflagrado cerca de um ano antes da fundação da emissora. Um exemplo disso, é o próprio contexto de surgimento do grupo. Em 1962 foi firmado um acordo de cooperação entre o Grupo Globo e o grupo norte americano Time-Life – algo não permitido pela legislação brasileira vigente. Após enfrentar uma CPI para esclarecer as circunstâncias da parceria, a investigação foi encerrada por ordem do presidente general Costa e Silva, em pleno ano de chumbo.

A proximidade entre o Grupo Globo e o governo militar permaneceu até os anos 80, quando as dissidências entre o regime e os dirigentes do Grupo se tornaram evidentes e insustentáveis. Lima (2007) relata alguns dos interesses em comum que fortaleceram a parceria entre os militares e a emissora de televisão: inicialmente, era proveitoso ao regime a consolidação da emissora, pois ela defendia políticas semelhantes às do governo. Outro ponto é que a Rede Globo legitimava a imagem que os governos militares desejavam passar aos brasileiros e ao mundo, a de um país politicamente estável, economicamente forte e socialmente organizado. Em troca, a emissora ampliava seu alcance e solidificava seu monopólio, até desagradar a alta cúpula do governo⁴, fato que representou a cisão entre o regime e Roberto Marinho.

⁴ Lima cita uma entrevista do ministro das comunicações, coronel Quandt de Oliveira, em 1975, na qual ele demonstra a preocupação do governo militar com tanto poder concentrado nas mãos de um só grupo, que poderia representar uma espécie de estorvo inalcançável pelos órgãos reguladores (2007, p. 170).

Os anos entre 1964 e 1980 foram também os da construção do seu virtual monopólio e aqueles em que, enquanto algumas instituições políticas se enfraqueciam em consequência da direta repressão do regime ou da “crise dos partidos”, o poder ideológico e político da Rede Globo crescia consideravelmente” (LIMA, 2007, p. 172).

O Jornal Nacional foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969, como concorrente direto do Repórter Esso da TV Tupi. Acompanhando o crescimento e consolidação da Rede Globo, o JN se tornou o telejornal de maior audiência no país, posto ocupado em seus 53 anos de história. Atualmente apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos, o Jornal Nacional em sua posição de destaque na veiculação de notícias – primeiro por ser exibido em horário nobre e estratégico e segundo por seu alcance monumental –, foi carro-chefe na veiculação de informações relacionadas ao novo coronavírus.

O coronavírus gerou no país uma crise de saúde pública sem precedentes, provocando forte impacto em outros segmentos essenciais na sociedade como economia, política e até segurança pública. Entretanto, a cobertura da crise gerada pela pandemia ganhou contornos peculiares a partir do momento em que, junto à editoria de saúde, estava a editoria política. Mas não a política em si - indissociável em momentos de crise independentemente de qual área for - mas a do conflito travado entre a imprensa e o governo federal, mais precisamente, o então presidente Jair Messias Bolsonaro (à época filiado ao Partido Liberal).

A relação conturbada entre Bolsonaro e a imprensa não surgiu na pandemia. Mas em 2020 ela se tornou ainda mais evidente: em balanço realizado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras, Bolsonaro e seus filhos, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ, à época filiado ao Patriota) e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-RJ, à época filiado ao PSL) responderam por 85% dos ataques de autoridades à imprensa naquele ano. Só o presidente, foi responsável por 19% dos ataques; seus filhos, 66%; e os ministros de governo, 12%.

Um levantamento realizado pela mesma organização registrou aumento de 74% dos ataques do presidente à imprensa no primeiro semestre de 2021, quando comparado ao mesmo período do ano passado. Ao todo foram 87 ofensas direcionadas a jornalistas ou veículos de imprensa. Em diversas vezes, o presidente direcionou seus

ataques à Rede Globo, como por exemplo, quando sinalizou que poderia não renovar a concessão da emissora⁵ ou quando ameaçou um repórter do jornal O Globo de agressão⁶. Em contrapartida, além de divulgar notas de repúdio, o Grupo Globo contra-atacava: no dia 7 de setembro de 2021, ao noticiar sobre o discurso de Bolsonaro nas manifestações convocadas por ele, Bonner se referiu a fala do presidente como “tom golpista” e de “desprezo à Constituição”⁷.

Uma hipótese para o crescimento expressivo dos embates entre imprensa e governo em 2020, seria a de que Bolsonaro e os membros do governo repetidas vezes reproduziam discurso de caráter predominantemente negacionista⁸, levando a imprensa a rebater as declarações que viessem a contrastar com as recomendações dos órgãos de saúde. Ao abordar a cobertura da crise da covid-19 no Brasil sob a perspectiva dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Valor Econômico nos seis primeiros meses de 2020, Fonseca, Natrass, Lázaro e Bastos (2021) indicaram que o discurso de Bolsonaro constantemente minimizava os efeitos da pandemia, colocando as medidas de distanciamento e isolamento social como opostas ao crescimento da economia já fragilizada pela crise financeira de 2015, além de minimizar as pesquisas científicas que atestavam a ineficácia de remédios do chamado “tratamento precoce”⁹. Outros episódios ao longo do período da crise também agravaram o conflito entre a imprensa e o governo federal. A criação do consórcio de veículos de imprensa (formado por G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL) para levantamento e divulgação do número de casos e mortes causadas pelo coronavírus devido às informações equivocadas divulgadas pelo governo, é um exemplo nítido do atrito que permeou todo este período.

⁵ Matéria veiculada pelo portal Terra sob título “Bolsonaro chama Globo de lixo e ameaça não renovar concessão”. Disponível em <https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/bolsonaro-chama-globo-de-lixo-e-ameaca-nao-renovar-concessao.efd5747cf07d7feda063264f5021b7c9ccdg7wc.html>. Acesso em: 29 out. 2021.

⁶ Matéria da CNN: “‘Vontade de encher tua boca de porrada’, diz Bolsonaro a jornalista”. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/vontade-de-encher-tua-boca-de-porrada-diz-bolsonaro-a-jornalista-apos-pergunt/>. Acesso em 29 out. 2021.

⁷ Matéria da IstoÉ: “‘Tom golpista’, dispara William Bonner ao criticar discurso de Bolsonaro”. Disponível em <https://istoe.com.br/tom-golpista-dispara-william-bonner-ao-criticar-discurso-de-bolsonaro/>. Acesso em 29 out. 2021.

⁸ Discurso negacionista consiste no reforço da invalidação de fatos cientificamente comprovados.

⁹ A expressão “tratamento precoce” surgiu no contexto da pandemia e designa o uso de remédios sem comprovação científica para tratamento da Covid.

Apresentados rapidamente o histórico do Grupo Globo, do Jornal Nacional e a relação do governo Bolsonaro com a imprensa, este artigo busca explorar como se desenhou a conjuntura e o desenrolar dos fatos que levaram o telejornal de maior audiência do país a traçar uma narrativa predominantemente negativa.

CPI da Covid e construção de narrativas

A crise sanitária no Brasil decorrente do coronavírus teve uma série de agravantes, especialmente por conta da atuação do governo federal, que levaram a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado, para apurar ações e eventuais omissões no combate à pandemia, e para investigar a aplicação do repasse de dinheiro da União para governadores e prefeitos. Alguns desses agravantes foram o investimento do Ministério da Saúde na compra de remédios para o “tratamento precoce”, como cloroquina e ivermectina (e que segundo entidades científicas não há evidências de que os medicamentos pudessem ter qualquer efeito sobre o coronavírus), a suposta negligência no processo de compra de vacinas e a falta de oxigênio no Amazonas - mais precisamente em Manaus - que desencadeou uma crise no estado, o primeiro a sofrer o impacto da segunda onda do coronavírus, com unidades de saúde superlotadas e a falta de equipamentos de oxigênio para pacientes.

A CPI foi instaurada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a partir da determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso. Junto a este pedido foi acatado outro requerimento solicitando a investigação da aplicação das verbas repassadas pelo governo federal a estados e municípios. O primeiro requerimento foi de autoria do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e o segundo, do senador Eduardo Girão (Podemos-CE).

A CPI da Covid durou 5 meses e 29 dias - de 27 de abril de 2021, data em que a Comissão começou a operar, até 26 de outubro de 2021, data da votação do relatório final. Este também foi o período considerado para fins de coleta e catalogação de dados referentes à cobertura do JN sobre a Comissão, para análise da construção da narrativa da emissora, em relação ao governo Bolsonaro. Nos próximos parágrafos, apresentaremos brevemente a conceituação de narrativa adotada para este trabalho e os

parâmetros de coleta. Porém, reiteramos que este artigo não se aprofundará na etapa de análise dos dados, deixando esta ação para artigos futuros.

A definição de Motta sobre narratologia é a que mais se aproxima dos objetivos deste trabalho. Esse conceito busca compreender como o enunciador cria seus significados a partir da captação e recriação da realidade, que ocorre de maneira consciente ou inconsciente. A partir dessa conceituação é possível entender que a narrativa não é ausente de intencionalidade, muito pelo contrário. E a análise da narrativa proposta por Motta objetiva descortinar as estratégias utilizadas pelos sujeitos durante o processo discursivo de narrar os eventos - baseados na realidade ou não.

A lógica narrativa é o agrupamento de unidades que se coesionam sintaticamente ao serem articuladas em sequências e intrigas dramáticas, mas elas se organizam assim por razões das estratégias discursivas dos indivíduos e grupos envolvidos nos atos comunicativos. Organizadas narrativamente, as intrigas produzem significados, interpretações da realidade, proporcionam inteligibilidade à natureza e às relações humanas. Mas são os sujeitos que fazem isso, conforme suas intenções e desejos (MOTTA, 2013, p.81).

O objetivo do narrador é gerar um efeito em quem recebe a mensagem e para isso recorre a ferramentas para promover a intenção desejada. As ferramentas são diversas, e englobam recursos linguísticos, visuais e até mesmo a disposição dos personagens e o desenrolar dos eventos: absolutamente nada do que é inserido na narrativa é casual.

Explanados os conceitos, parte-se para a metodologia proposta por Motta (2013) para realização de uma categorização de dados que sirvam posteriormente para uma análise da narrativa. Antes de iniciar, é necessário esclarecer dois pontos: o primeiro é enfatizar aquilo que o próprio autor menciona em sua obra: apesar de se valer da teoria da narratologia, ele se distancia da função mais estruturalista que lhe foi o berço, bem como de suas regras. Ele diz, na verdade, que contesta a conceituação adotada por grande parte dos pesquisadores dessa vertente, que enxergam a narrativa como um ato a ser analisado à parte das relações sociais. O segundo ponto parte das inúmeras reiteraões de Motta de que a metodologia por ele proposta é apenas uma sugestão e o modelo deve ser avaliado, aplicado e aprofundado pelo pesquisador com base em seu problema e objeto de pesquisa. Ou seja, adota-se a metodologia proposta

por ele, mas não se deve utilizar tal metodologia como uma espécie de “camisa de força”.

Motta (2013) propõe a realização da análise a partir da separação de três instâncias expressivas que, entretanto, ocorrem simultaneamente no momento da enunciação e só são dissociadas para fins metodológicos: o plano da expressão (linguagem ou discurso), plano da estória (ou conteúdo) e plano da metanarrativa (tema de fundo).

O plano da expressão (ou da linguagem) diz respeito às formas como se constroem a narrativa, as estratégias e recursos linguísticos adotados pelo narrador. São os efeitos utilizados para imprimir certas intenções a quem recebe a mensagem. O plano da história (do conteúdo ou da íntegra) normalmente evoca maior atenção e Motta (2013) o chama de “plano da diegese”, ou seja, é a história apresentada com base nos recursos linguísticos do plano da expressão. Ele é relativamente independente do primeiro plano (embora dependa de suas ferramentas para se materializar). “É o plano virtual da significação (estratégia), em que uma realidade referente é evocada pelo texto narrativo através de sequências de ações cronológicas e causais desempenhadas por personagens, estruturando uma intriga (enredo ou trama)” (MOTTA, 2013, p. 137).

O plano da metanarrativa (fábula, tema ou plano de fundo, como diz o autor), por sua vez, é menos tangente, mais evasivo e seria a inserção dos valores éticos e morais que fariam parte da história.

Em seguida o autor introduz alguns movimentos que visam auxiliar na dissociação dos elementos essenciais para a análise da narrativa. Ele reitera que o pesquisador não deve confiar apenas em sua memória, mas precisa anotar todos os pontos dos materiais que serão analisados e descrevê-los para, em momento oportuno, refazer a narrativa seguindo a lógica cronológica dos fatos, identificando os artificios dos narradores e as intrigas presentes, seus desdobramentos, ação dos personagens e outros tópicos necessários a análise. A partir dessa proposta, foi realizado processo de levantamento e catalogação em planilhas das matérias do Jornal Nacional cujo objeto central dizia respeito diretamente à CPI ou aos desdobramentos diretos dos trabalhos

da Comissão. Todas as matérias foram retiradas da plataforma de streaming Globoplay.

Embora existam narrativas adjacentes e até complementares às da CPI, devido ao tempo e espaço deste paper limitado para aprofundamento da pesquisa e a extensa quantidade de dados a serem catalogados, foram priorizados os conteúdos relacionados exclusivamente a ela. Para exemplificar esta decisão, é interessante mencionar que algumas matérias foram produzidas a partir de denúncias e materiais obtidos pela equipe de jornalismo da própria emissora e só passaram a integrar esta pesquisa a partir do momento em que o fato entrou na mira dos senadores da Comissão para apuração.

Uma vez esclarecidos os parâmetros para seleção das matérias, serão apresentados os aspectos observados e as categorias previamente estabelecidas. A “data” mostra o dia, mês e ano da edição do material que foi ao ar. O “tipo” corresponde a forma como o material foi veiculado: vt completo (com chamada do âncora/apresentador e passagem do repórter); vt nota coberta (quando há a chamada do âncora/apresentador e o vt, mas sem a passagem do repórter); nota coberta (quando o próprio âncora/apresentador lê a informação, há a exibição de imagens e/infográficos, mas não há repórter); nota seca (quando o âncora/apresentador lê o texto sem o auxílio de imagens ou infográficos; e vivo (passagem ao vivo do repórter).

O “tempo de conteúdo” indica quanto tempo durou a exibição do conteúdo. “Apresentador/repórter” mostra o nome do âncora e do repórter da matéria veiculada. “Encenação”¹⁰ indica se, durante a leitura da “cabeça” do vt, o apresentador demonstrou expressões que remetessem a um dos seguintes sentimentos: ira/raiva, aversão/repulsa, medo, alegria, tristeza ou surpresa; caso não houvesse a identificação de nenhuma expressão dentro dos parâmetros mencionados, apontamos como “ausente”. Importante salientar que no telejornalismo (e no radialismo) esse tipo de expressão faz parte da interpretação da notícia; o apresentador não só lê o texto do teleprompter, mas é ensinado desde a graduação a interpretar a informação. Em “figuras de linguagem” indica se houve, durante a leitura da “cabeça” do vt, uma das

¹⁰ Como referência foi utilizada o artigo “Comunicação não verbal e expressões faciais das emoções básicas”, de Isabel Viana. Vide referência bibliográfica.

seguintes figuras de linguagem¹¹: sinestesia, ironia, metonímia, onomatopeia, paradoxo, eufemismo, antítese, metáfora e comparação; caso não houvesse o emprego de nenhuma das figuras mencionadas, apontamos como “ausente”.

No tópico “personagem” foram catalogados os nomes de todos os integrantes ou ex-integrantes do governo federal mencionados nas matérias; quando estas se referiam ao governo como “governo federal”, “governo Bolsonaro” ou a um setor do governo (como Ministério da Saúde ou Ministério da Economia, por exemplo), foram registrados como “governo federal”. Vale ressaltar que devido ao elevado número de citados nas matérias, nesta categoria foram catalogadas apenas as pessoas inseridas neste parâmetro; todos os demais citados foram mencionados no tópico de “descrição do conteúdo”. Em “viés do personagem” foi registrada se a menção ao personagem apresentou viés predominantemente positivo (se for favorável ou trazer elogios), negativo (se for desfavorável ou trazer críticas) e neutra (se a menção não trazer qualquer ponto que pese ou para o positivo ou para o negativo).

No tópico “enquadramento noticioso” foi estabelecida uma série de características, de “arquétipos” extraídos a partir do enquadramento adotado pela matéria sobre os personagens mencionados. Os enquadramentos são: responsável, negligente, confiável, não-confiável, competente, incompetente, corajoso, covarde, perdedor, herói, autoritário, vítima. Caso o viés noticioso fosse neutro, consequentemente, o enquadramento noticioso também seria neutro. Qualquer outro enquadramento noticioso que fugisse a esse padrão foi registrado como “não-identificado” e foram baseados na identificação dos arquétipos mais frequentemente atribuídos aos personagens. Em “descrição do conteúdo” foi registrada a descrição do conteúdo do vt, mencionando os personagens citados na matéria, mas que não se enquadraram nos parâmetros de personagens.

As “fontes ouvidas” dizem respeito às falas exibidas na veiculação do vt, identificadas como aliadas (se o personagem fosse favorável ao governo federal),

¹¹A colocação das figuras de linguagem expressas nessa categorização é baseada na pesquisa “A Força das Figuras de Linguagem nos Textos Jornalísticos e Publicitários” de Bruna Orujian, Boloço, André José de Toledo, Cristiane Aparecida Pereira Lessi, Luciano de Castro Nardini, Maycol Gonçalves Celestino e Patrick dos Santos Barbosa sob orientação de Sônia Mara Ruiz Brown. Vide referência bibliográfica.

oposição (se o personagem fosse contrário ao governo federal) ou neutra (se não ficasse evidente o posicionamento da fonte). Devido ao elevado número de fontes ouvidas, mas considerando o impacto da exibição de uma fala em um telejornal, apenas foram considerados como parâmetro de registro de fontes àquelas que obtiveram sonora e foram devidamente identificadas, além das notas lidas pelos apresentadores do telejornal. Sem a presença de fontes nestas condições, foram indicadas nesta seção como “ausentes”.

No tópico “uso de recursos audiovisuais”, considerando a importância de ferramentas como infográficos, imagem de documentos, áudios e outros instrumentos para facilitar a transmissão e compreensão da mensagem, as técnicas utilizadas foram registradas da seguinte forma: quando houve a exibição de animações simulando documentos ou *prints* de mensagens, utilizou-se a expressão “arte”; quando houve o uso de infográficos, utilizou-se a expressão “infográficos”; se houve a exibição de áudios, utilizou-se a expressão “áudios”; se não houve a presença de ferramentas dentro desses parâmetros, registrou-se como “ausentes”. E por fim, no tópico “expressões enfáticas” foram registradas palavras ou expressões cuja tonalidade foram diferentes do usual, com entonações ou suavizadas ou mais impostas.

A partir dos parâmetros apresentados acima, foram catalogadas 195 matérias referentes à CPI da Covid veiculadas pelo Jornal Nacional, entre 13 de abril de 2021 (data de aceitação do requerimento para instauração da Comissão) e 20 de outubro de 2021 (data de leitura final do relatório).

Motta (2013) utiliza a expressão “sequências-tipo” para definir o conflito principal e os conflitos secundários (desdobrados a partir desse núcleo central e ligados a outros microeventos que, juntos, formam a narrativa como um todo). A partir deste conceito, identificamos as seguintes “sequências-tipo” mais frequentemente abordadas nos vt’s de cobertura do Jornal Nacional sobre a CPI da covid: vacinação, remédios ineficazes contra a Covid, medidas farmacológicas, corrupção e crise de oxigênio em Manaus. Esses assuntos recorrentemente vinham à tona, seja por razão de depoimentos, novas denúncias que surgiam e incitavam a apuração da CPI, pelo desenrolar dos fatos nas instâncias judiciais ou até mesmo porque o telejornal fazia contrapontos a declarações ditas por testemunhas ou investigados nas sessões.

A	B	C	D	E	F	G
Data	Tipo	Tempo de Conteúdo	Apresentador/repórter	Encenação	Figuras de linguagem	Personagem - viés - enquadramento
13/04/2021	vt completo	06:07	Renata Vasconcelos/Julio Mosquera	ausente	metonímia	Bolsonaro - negativo - não-confiável governo federal - negativo - não confiável
14/04/2021	vt completo	03:27	William Bonner/Marcos Losekani	ausente	metonímia	governo federal - neutro - neutra
14/04/2021	vt completo	04:27	Renata Vasconcelos/Julio Mosquera	ausente	metonímia	governo federal - negativo - perdedor
15/04/2021	nota seca	00:37	Renata Vasconcelos e William Bonner	ausente	ausente	governo federal - neutro - neutra
16/04/2021	vt completo	02:06	William Bonner/Julio Mosquera	ausente	metonímia	governo federal - negativo - perdedor
19/04/2021	vt completo	02:12	William Bonner/Julio Mosquera	ausente	ausente	governo federal - neutro - neutra
22/04/2021	vt completo	03:22	William Bonner/Julio Mosquera	ausente	metonímia	governo federal - negativo - perdedor Carlos da Costa - negativo - negligente Bolsonaro - negativo - não-confiável
23/04/2021	nota seca	01:12	William Bonner	ausente	metonímia	Fábio Wajngarten - positivo - herói Eduardo Pazuello - negativo - incompetente
						Bolsonaro - negativo - autoritário Governo federal - negativo - negligente Governo federal - negativo - incompetente Teich - positivo - vítima

Quadro com a catalogação dos dados. Versão completa disponível em:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1R4M_9-XpbSnBcgaRmFQNYC8jeUx9cgdRq5bqith2mNQ/edit?usp=sharing.

Ao todo, foram mencionados 625 personagens do governo federal, sendo os três mais mencionados o então presidente Bolsonaro (146 menções), o governo federal (125) e o ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello (75). Quanto aos arquétipos, os três mais atribuídos a Bolsonaro foram negligente (41,41%), não-confiável (26,9%) e autoritário (9,7%); quanto ao governo federal, foram negligente (43,2%), não-confiável (22,4%) e incompetente (14,4%); e por fim, os arquétipos atribuídos a Pazuello a partir da narrativa construída pelo Jornal Nacional foram não-confiável (31%), negligente (25,4%) e neutro (21,1%).

Conclusão

O jornalismo é essencialmente político; sempre foi, desde seu surgimento. E no decorrer dos tempos, os veículos de comunicação se tornaram parte de grandes conglomerados de mídia com demasiada influência, agindo até mesmo no processo de socialização e servindo aos interesses do mercado em que está inserido. Entretanto, existe o estabelecimento de técnicas e outros valores intrínsecos aos profissionais que lhe atribui dois princípios constantemente enfatizados por essas empresas: a controversa objetividade jornalística, que não lhe permite pender para nenhum dos dois lados no conflito, apenas relatar a realidade como “ela é”; e a fiscalização dos

demais poderes, para garantir que o cidadão não sofra abuso de autoridade por parte de nenhum deles.

Esta pesquisa identificou que o Jornal Nacional, como telejornal mais relevante da grade da TV Globo, assumiu para si o papel de proteger a sociedade e prezar pelo comportamento daquilo que julgava moralmente adequado para as instituições. Entretanto, esta ação tende a não ser totalmente transparente quanto aos interesses que fundamentaram a narrativa construída pelo jornal durante a cobertura da CPI, pois como destacamos, o jornalismo é político em sua essência e nenhuma narrativa é neutra: o discurso produzido pela narrativa acerca do governo tem razão de ser, razão esta que faz parte de um emaranhado de relações complexas entre os valores e constrangimentos da própria Globo, com o governo federal, os políticos de oposição e aliados, as fontes, o mercado e com os telespectadores. Em artigo futuro, aprofundaremos os estudos da análise da narrativa, de forma a detalhar os as ferramentas utilizadas pelo veículo para construir os arquétipos dos três personagens mais citados nas matérias.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Thais. 'Vontade de encher tua boca de porrada', diz Bolsonaro a jornalista. **CNN Brasil**, [S. 1.], p. s/p, 23 ago. 2020. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/politica/vontade-de-encher-tua-boca-de-porrada-diz-bolsonaro-a-jornalista-apos-pergunt/. Acesso em: 29 out. 2021.

"TOM golpista", dispara William Bonner ao criticar discurso de Bolsonaro. **ISTOÉ Gente**, [S. 1.], p. s/p, 8 set. 2021. Disponível em: www.istoe.com.br/tom-golpista-dispara-william-bonner-ao-criticar-discurso-de-bolsonaro/. Acesso em: 29 out. 2021.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. 254 p. ISBN 978-85-230-1073-7.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 368 p. ISBN 85-86469-60-2.

REPÓRTERES sem Fronteiras. *In: Um ano sombrio para a liberdade de imprensa no Brasil* - 580 ataques contra a mídia em 2020. [S. I.], 22 jan. 2021. Disponível em: www.rsf.org/pt-br/um-ano-sombrio-para-liberdade-de-imprensa-no-brasil-580-ataques-contra-m%C3%ADdia-em-2020. Acesso em: 28 out. 2021.

BENÍCIO, Jeff. Bolsonaro chama Globo de lixo e ameaça não renovar concessão. **Terra**, [S. 1.], p. s/p, 30 abr. 2020. Disponível em:

[/www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/bolsonaro-chama-globo-de-lixo-e-ameaca-nao-renovar-concessao,effc5747cf07d7fcda063264f5021b7c9ccd7wc.html](http://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/bolsonaro-chama-globo-de-lixo-e-ameaca-nao-renovar-concessao,effc5747cf07d7fcda063264f5021b7c9ccd7wc.html). Acesso em: 29 out. 2021